

Definições políticas em Quito

por Norton Godoy
de Brasília

5 JAN

Todos os governos latino-americanos tentarão definir, ao final da próxima semana, um documento político relacionando medidas para fortalecer a região diante da crise internacional. Isso ocorrerá em Quito, no Equador, durante a conferência econômica latino-americana, que terá início na segunda-feira, com a presença de alguns chefes de Estado e todos os chanceleres latino-americanos. O Brasil será representado pelo chanceler Saraiva Guerreiro. Fontes do Itamaraty e do Ministério da Fazenda acreditam que, politicamente, seu resultado poderá ser positivo, servindo, no mínimo, como caixa de ressonância voltada para os países credores.

Essa conferência, inédita em termos regionais, nasceu no princípio do ano passado por sugestão do presidente do Equador, Osvaldo Hurtado, que, em carta pessoal dirigida a todos os chefes de Estado latino-americanos, levantava a idéia de uma ação coordenada destes países para enfrentar a crise mundial. Hurtado baseou-se num trabalho elaborado conjun-

tamente pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e pelo Sistema Econômico Latino-Americano (Sela). A partir de então, foram realizadas algumas reuniões preparatórias em Quito, São Domingos, Costa Rica e Caracas.

APREENSÃO

Essa movimentação entre os devedores latinos chegou a criar nos centros financeiros internacionais um clima de muita apreensão em torno da defesa da criação de um clube de devedores da América Latina. Antevendo as consequências negativas que poderiam influir no ritmo das negociações de reescalonamento da dívida externa, alguns países da região, particularmente o Brasil, decidiram adotar uma posição de "low profile", ou seja, de participação efetiva, mas modesta.

Um exemplo claro foi o da reunião preparatória de Caracas, onde originalmente o representante brasileiro deveria ter sido o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que, no último momento, enviou seu secretário geral, Mailson da Nóbrega. Caracas, assim como as outras preparatórias, serviram para definir o que seria o temário a

ser discutido nesta conferência de Quito. Em termos de comércio, há desde propostas para reduzir as barreiras nas trocas dentro do continente até o aumento do intercâmbio de bens e serviços.

Adotar-se-ia uma preferência tarifária regional, que seria aplicada sobre o nível total de gravames para terceiros países. A idéia é de uma redução inicial de 15 a 20% dos gravames mais favoráveis concordados pelos países da região com terceiros. Há uma proposta para que, nas negociações comerciais que se fizerem a partir deste ano, para fechar convênios entre países e grupos de países, se adote acordos de alcance parcial ou regional previstos no tratado de Montevideu de 1980. Nesse particular, a defesa brasileira é por acordos bilaterais, onde se crê ser mais fácil o estabelecimento de listas de produtos com favorecimento alfandegário.

Relativas ao tema financiamento, há algumas idéias viáveis, sob o ponto de vista brasileiro, e outras não. O Brasil, por exemplo, acha praticável a criação de unidade de conta comum, isto é, uma moeda regional. A alegação é a de que não haveria lastro para isso diante de circunstâncias óbvias. Porém, há concordância brasileira quan-

to à necessidade de criação de Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional compatíveis com as necessidades de liquidez para pagamento de dívidas, além de fixar estes DES como moeda internacional de reserva.

CRITÉRIOS

Particularmente quanto ao item dívida externa, desejam-se criar critérios comuns que possam guiar os processos de renegociação de cada um. A renegociação, por exemplo, não deveria implicar aumento do custo da dívida, as reprogramações incluiriam vencimentos de quatro anos, pelo menos, mais quatro de juro para amortizações, com um pagamento total de vinte anos — o que o Brasil, segundo uma fonte, crê impossível — e os países da região revisariam sua situação de comércio externo para determinar a porcentagem dos saldos a serem comprometidos no serviço da dívida.